

## A Psicologia e as diferentes infâncias



A Psicologia no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes | PG 12

O compromisso da Psicologia com os povos indígenas | PG 14

**E**m agosto, o CRPRS celebra o Mês das Psicologias e lança campanha com o tema “Aprender com a pluralidade de vivências potencializa nossa existência”. Quem nos tornamos a cada novo dia? Uma pergunta que faz parte da existência. Uma reflexão essencial nas Psicologias. Porque além do título ou formação, Psicologia é transformação. É aprender e desaprender a cada acontecimento, em cada encontro, com cada pessoa. É essa reflexão que lançamos a toda a categoria e à sociedade.

Nesta edição da revista EntreLinhas falamos sobre a complexidade e pluralidade que envolve as diferentes infâncias, o fazer de psicólogas/os na e com a Educação, a ação do CRPRS que busca conhecer mais a categoria no estado, a função da nossa profissão no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes e sobre o nosso compromisso com os povos indígenas na luta contra o Marco Temporal.

Para a capa desta edição, criamos uma ilustração a partir de um desenho de Maria Kafej Emílio Zuchi, criança da Terra Indígena Guarita, filha da conselheira do CRPRS Priscila Góre Emílio. A criação foi feita durante o evento “Marco temporal não: nunca mais um Brasil e uma Psicologia sem nós”, realizado na sede do Conselho, em 15/07.

Não deixe de acompanhar as ações do CRPRS no site e nas redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter, YouTube e LinkedIn) do Conselho. Cadastre-se em [crprs.org.br/falecrp](http://crprs.org.br/falecrp) para receber informações pelo WhatsApp e acompanhe os episódios do CRPcast nas plataformas Spotify, Deezer e canal do CRPRS no Youtube.

## Expediente


**Publicação do Conselho Regional de Psicologia do RS**

**Comissão editorial:** Jean Von Hohendorff, Luís Henrique da Silva Souza, Marina Medeiros Pombo e Silvana Maia Borges.

**Coordenador de Comunicação:** Tomas Edson Silveira (MTb 16.333)

**Jornalista Responsável:** Aline Victorino (MTb 11.602)

**Estagiária de jornalismo:** Giulia Victória



**CONSELHO REGIONAL DE  
PSICOLOGIA - 7ª REGIÃO**



A presidenta do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, psicóloga Míriam Cristiane Alves, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

**CENSURA PÚBLICA**

ao psicólogo **André Samuel Strassburguer** - CRP-07/23221, por infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo aos arts. 1º, alínea “c”, “b’ e “e”, art. 2º, alínea “a”, “c” e “f” e no art. 9º, conforme trânsito em julgado do Processo Disciplinar Ético nº06/2018.

Porto Alegre, 06 de junho de 2023.



**CONSELHO REGIONAL DE  
PSICOLOGIA - 7ª REGIÃO**




A presidenta do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, psicóloga Míriam Cristiane Alves, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de


**CENSURA PÚBLICA**

à pessoa jurídica **DE BEM COM A MENTE SERVICOS DE PSICOLOGIA LTDA** - CRP07-PJ/1408, por infração por infração à Resolução CFP nº 16/2019, art. 1º e art. 18 (item II, alíneas “c”), conforme trânsito em julgado do Processo Disciplinar Ordinário nº38B/2020.

Porto Alegre, 06 de julho de 2023.



**CONSELHO REGIONAL DE  
PSICOLOGIA - 7ª REGIÃO**



A presidenta do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, psicóloga Míriam Cristiane Alves, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

**CENSURA PÚBLICA**

ao psicólogo **Henrique Gheno Zilli** – CRP-07/13.648, por infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo aos art. 1º, alíneas “c” e “j”, e art. 2º, alíneas “b” e “f”, conforme trânsito em julgado do Processo Disciplinar Ético nº20/2018.

Porto Alegre, 17 de agosto de 2023.

 [crprs.org.br](http://crprs.org.br)  
 [twitter.com/crprs](https://twitter.com/crprs)  
 [facebook.com/conselhopsicologiar](https://facebook.com/conselhopsicologiar)  
 [youtube.com/crprs](https://youtube.com/crprs)  
 [@conselhopsicologiar](https://instagram.com/conselhopsicologiar)  
**Comentários e sugestões:**  
 [imprensa@crprs.org.br](mailto:imprensa@crprs.org.br)

**Edição digital, editoração eletrônica e projeto gráfico:** Moglia Comunicação Empresarial

**Ilustrações:** Canhatorium

**Impressão:** Escala Indústria Gráfica

**Tiragem:** 3200 exemplares

**Distribuição gratuita**

Relato de experiência 4

A Psicologia escolar no contexto da **educação infantil**



Fique atenta/o 6

Reportagem especial 7

A Psicologia e as **diferentes infâncias**



Reflexões 12

A Psicologia no enfrentamento da **violência contra crianças e adolescentes**



Perspectiva 14

O compromisso da Psicologia com os **povos indígenas**

Psicologia e pesquisa 18

**Síndrome de Burnout** e o desempenho de estudantes com surdez em aulas remotas em tempos de pandemia



Dicas culturais 20

Orientação técnica 22

Exercício profissional no ambiente escolar em **situações de violência**



Observatório de Direitos Humanos 24

Por que o crime está em interromper uma gravidez indesejada e não em **forçar a gestar?**



CREPOP 26

Atuação em Políticas Públicas para **População LGBTQIA+**

Agenda da Psicologia 27

# A Psicologia escolar

no contexto  
da educação  
infantil



Meiridiane Domingues de Deus | CRP 07/29698

Psicóloga, pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM/RS.  
Doutora em Psicologia pela UFSC/SC.

**O**s primeiros anos de vida são importantes para o desenvolvimento humano, mas é perceptível que há visibilidades e invisibilidades nestas fases da vida, no cenário brasileiro. Para algumas crianças, novos estímulos, novos contextos de aprendizagem e a possibilidade de aprender. Para crianças de alguns grupos sociais, ocorre a escassez de possibilidades e oportunidades, vivências marcadas pelo racismo, xenofobia, discriminações de gênero, carências, desamparo e abandonos. Essas questões estão presentes na educação infantil.

Ao atuar numa instituição de educação infantil precisamos entender, estudar e compreender o conjunto de relações presentes, de forma institucional com a perspectiva interseccional e decolonial. Atuar e vivenciar uma prática implicada na ética, no território e nas diversidades. Entender que cada pessoa ali possui uma história que é perpassada pela raça, etnia, gênero, classe social, deficiências, idade, pelos lugares de origem (no caso de pessoas imigrantes) e que essas questões influenciam e moldam existências e inexistências, aprendizagens e dificuldades, pertencimento e exclusões, e relações.

Utilizo essas questões para pensar esses espaços educacionais de modo a compreender a escola e permitir a criação de ações que busquem o respeito à diversidade e à existência de diferentes narrativas. Tudo isso de modo a pensar e compreender a educação infantil como um “local multicultural por excelência”, tal como referido por Flavio Santiago (2021). E, nas palavras de María Isabel Mena (2021), entendo que “se a sociedade é racista, a escola também reproduz esse fenômeno”, discrimina e invisibiliza pessoas, realidades e narrativas.

Minha experiência no cenário da educação infantil começa pela imersão, ação direcionada e contextualizada na escola. Olhar atento e dinâmico para as ausências, as presenças, os movimentos e as relações nas infâncias. Tudo isso fez e faz parte do meu processo de escuta e pesquisa nas instituições que atendem crianças. Mas, para acolher e compreender as infâncias, procurei também estar em contextos comunitários e periféricos.

As vivências que tive na educação infantil me possibilitaram perceber as questões de gênero, raça, etnia, deficiências e classe social presentes neste cenário. Na minha experiência, percebi que há um território feminino que se responsabiliza pelos cuidados das crianças. Exemplo disso são os processos de adaptação à pré-escola que, em sua maioria, são vivenciados por mulheres e crianças. As professoras e funcionárias são, em sua maioria, mulheres brancas. E a maioria das pessoas que trabalham com o cuidado e

manutenção da escola são mulheres negras. Ou seja, é naturalizada a escassa presença masculina vinculada às tarefas de cuidado e ensino.

Percebi a ausência de crianças indígenas na educação infantil. Além disso, percebi a importância de escutar a diversidade de famílias (aquelas que a criança tem como referência), cuidadoras/es, bem como professoras/es, voluntárias/os, estagiárias/os e demais profissionais, para com isso entender o cenário da escola. Além disso, conhecer o Projeto Político-Pedagógico vigente para o aprimoramento das instituições. Compreender as concepções de infâncias presentes na escola e como as atividades são articuladas com as realidades apresentadas.

Em relação aos processos de práticas profissionais da Psicologia, saliento a importância da aprovação da Lei nº 13.935/2019 como forma de contribuir para o aprimoramento dos processos educativos, das relações, da visibilidade e compreensão das realidades e infâncias presentes no cenário escolar. Cabe reforçar que as/os profissionais de Psicologia devem ter uma prática profissional implicada e articulada com o território e as realidades, e não somente relacionada a um fazer clínico no espaço escolar.

Como psicóloga e pesquisadora, compreendo que lidar com as diversidades e complexidades presentes na escola é um exercício que demanda a busca de conhecimentos e uma prática profissional implicada e contextualizada.

## Referências:

- Brasil (2019). Lei 13.935, de 11 de dezembro de 2019 (Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica). Presidência da República. Casa Civil. Recuperado de: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm)
- Mena, M. I. (2021). Racismo e Infâncias.

Esquecimento deliberado?. In. Santiago, F. Eu quero ser o sol: crianças pequeninhas, culturas infantis, creche e intersecção. 2ª ed. São Carlos: Pedro & João Editores.

- Santiago, F. (2021). Eu quero ser o sol: crianças pequeninhas, culturas infantis, creche e intersecção. 2ª ed. São Carlos: Pedro & João Editores.

## Mobilização pela garantia do cumprimento da Lei nº 13.935/2019

O CRPRS segue mobilizado pela efetiva regulamentação da Lei nº 13.935/2019 nos municípios do Rio Grande do Sul. Essa é a lei que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica.

Desde maio, Conselhos Regionais de Psicologia e Serviço Social, juntamente com o Sindicato dos Psicólogos do RS (SIPERGS), acompanharam com preocupação a tramitação do Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 40/2023, de Bento Gonçalves, que prevê a inserção de psicólogos/os e assistentes sociais de forma voluntária nas escolas do município. Diversas ações foram realizadas em parceria com o ouvidor-geral da

Defensoria Pública do RS, Rodrigo de Medeiros Silva. Aprovada pela Câmara Municipal de Bento Gonçalves no final de maio, a proposta foi vetada pelo prefeito e, no final de julho, votada e arquivada pelo Legislativo.

Para os Conselhos Profissionais, o PLO desvalorizava e desqualificava a complexidade do papel dessas profissões na Educação e desconsiderava as normativas legais e éticas que regem o exercício profissional de psicólogos/os e assistentes sociais.

Diante da situação, o CRPRS publicou Parecer Técnico sobre a proposta. *Acesse a publicação em:* [crprs.org.br/parecerPL40](http://crprs.org.br/parecerPL40).

## Quem são as/os psicólogas/os do RS?

Com o objetivo de promover uma atualização cadastral de todas/os as/os profissionais com registro ativo no CRPRS e entender como se constitui a categoria de psicólogas/os do estado, o CRPRS lançou o mapeamento da Psicologia no Rio Grande do Sul.

Além de informações como formação, área de atuação, vínculo de trabalho e empregabilidade, o objetivo é identificar aspectos como raça/cor, identidade de gênero, orientação sexual e deficiência. Esses dados ajudarão a mapear o campo social composto pela Psicologia, entendendo como a nossa profissão se ramifica, como se diferencia e se constrói em diferentes corpos/corpas/corpes.

As respostas irão direcionar as ações do CRPRS em busca de uma maior aproximação com a categoria, a partir de ações focadas nas problemáticas atuais e contextualizadas para o RS.

Os dados pessoais individuais disponibilizados serão mantidos sob responsabilidade do CRPRS e utilizados para tratamento exclusivamente interno. As análises do mapeamento se darão sobre os dados agregados, garantindo o sigilo e a segurança. Todas as informações disponibilizadas serão tratadas em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

VAMOS (RE)CONHECER A NOSSA CATEGORIA?

MAPEAMENTO PSI/RJ

Nos fale um pouco de ti. Acesse o link ou o QRCode.

CRPRS

Saiba mais e participe acessando: [crprs.org.br/mapeamentopsirs](http://crprs.org.br/mapeamentopsirs).

# A Psicologia e as diferentes infâncias

Toda a complexidade e pluralidade que envolve as infâncias e seus diferentes contextos são desafios constantes para a Psicologia. De que forma a infância é atravessada por aspectos como gênero, raça e classe? Como trabalhar a saúde mental considerando realidades de vida tão distintas? De que forma a infância é vista por diferentes culturas e o que a Psicologia tem a aprender com isso? Essas são algumas reflexões que propomos nessa reportagem da Entrelinhas.

Para a psicóloga **Jacinta Antonioli Testa** (CRP 07/39542), que atua como psicoterapeuta e acompanhante terapêutica (AT) de crianças, adolescentes e adultos e é membra co-fundadora do projeto de extensão “OCUPAS: Cidades, Resistências e Produção de Subjetividade” da UFRGS, independentemente do serviço em que se está – seja ele direcionado às infâncias ou não – a promoção de saúde das crianças está sempre em jogo para a Psicologia. “Na medida em que atuamos com pessoas adultas, famílias, cuidadoras/ cuidadores, instituições e territórios, também estamos incidindo sobre a infância. Então, quando se pensa nas tarefas da Psicologia para o cuidado das infâncias, é fundamental refletir sobre a Psicologia nos mais diversos contextos, entendendo que ela carrega consigo uma responsabilidade onde quer que esteja.”

Jacinta reforça a multiplicidade que envolve o conceito de infância: “Por mais que a ciência psicológica tente a todo instante encontrar categorias generalizáveis, não há uma única infância. Há algo de múltiplo e singular em cada infância. Considerando as dimensões de gênero, raça e classe na constituição das crianças e das suas realidades, por exemplo, percebemos como os preconceitos historicamente construídos na sociedade brasileira desenham diferentes possibilidades para a infância.

Em territórios marcados por uma política de segurança pública violenta e beligerante, em que o Estado só se faz presente armado, que infâncias são possíveis? Por meio do medo, das balas “perdidas” e da desigualdade social, as armas do racismo e do colonialismo impactam crianças negras, indígenas e periféricas. Assim, tentam subjugar seus corpos e, também, sua experiência da infância.

“Por mais que a ciência psicológica tente a todo instante encontrar categorias generalizáveis, não há uma única infância. Há algo de múltiplo e singular em cada infância.”



As crianças que se encontram às margens – das normas de gênero, raça e classe – podem ser crianças? Em contextos de melhores condições socioeconômicas, reformulo a pergunta: as crianças que preenchem seus tempos com atividades hipercalculadas, tentando alcançar metas escolares astronômicas ou ideais sociais inatingíveis, que infância têm?”, questiona.

De acordo com a psicóloga, é preciso atribuir à Psicologia a responsabilidade social na reivindicação da infância, no combate às desigualdades e na promoção de saúde, educação e cidadania das crianças. “A fim de atuar na promoção da saúde mental das diferentes infâncias, há que se defender o direito das crianças serem crianças – de brincar, se divertir, se conectar, errar, explorar o mundo e a si. Para tanto, temos que ter cuidado com visões patologizantes, culpabilizantes e individualizantes. A Psicologia, além da intervenção individual, deve atuar no fortalecimento das comunidades, que são necessárias ao cuidado das crianças. É por meio da intervenção nos contextos de vida, nos territórios e nas relações que se promovem as condições necessárias para a saúde das infâncias.”

Ainda segundo ela, as políticas voltadas para a infância, bem como a atuação das/os psicólogas/os,

devem se dar na interseção entre saúde, assistência, educação, cultura e política urbana, possibilitando que as redes locais reconheçam e invistam nas potencialidades de cada território. “Entendendo que diferentes territórios produzem diferentes infâncias, não basta orientar o indivíduo ou a família enquanto núcleos apartados de seus contextos: a fim de promover a saúde das crianças, é necessário que os territórios sejam eles próprios campos de escuta e intervenção.”

Sobre os espaços públicos disponíveis na cidade, Jacinta reflete sobre a forma como essas diferentes infâncias os acessam. “Por meio da construção coletiva e da atenção aos territórios, garante-se que as famílias – e, sobretudo, as comunidades – tenham o apoio e as ferramentas necessárias para o cuidado das crianças. Ainda, escutando o que as crianças têm a dizer sobre si e sobre os espaços onde vivem, podemos ver como a sua potência não está reservada apenas para o futuro. As crianças podem ser, no presente, protagonistas de suas próprias vidas. Mantendo viva a infância em sua potência, podemos vê-la como uma fonte de movimentos, aprendizados, experimentações e possibilidades. Pergunto a nós, psicólogas/os: estamos abertas/os a, além de intervir na infância, com ela aprender?”



No campo das políticas públicas voltadas para a infância, Jacinta observa a manutenção de uma certa premissa que considera as crianças como símbolo do futuro e, com isso, a tendência em se investir em aparatos que as preparem para quando forem adultas. “As crianças acabam sendo tomadas como meros objetos de intervenção estatal. Deposita-se nas infâncias uma expectativa de desenvolvimento e transformação socioeconômica, para que assumam, apenas então, o protagonismo do país. No entanto, além de questionável por si só, essa premissa nos afasta de algo importante: a existência e a participação

social das crianças no presente. As crianças, sujeitos de direito, têm muito a dizer sobre os espaços em que vivem. Suas necessidades e seus desejos devem ser escutados desde o agora. Para além de investimentos projetados para o futuro, então, é preciso fazer valer o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): as crianças e adolescentes já são cidadãs/cidadãos. E, como tal, têm direito a ter direitos: à vida, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à liberdade, à dignidade e à convivência familiar e comunitária. E, ainda, as crianças têm o direito de serem crianças”.

### Sandra Djambolakdjian Torossian

(CRP 07/04565), doutora em Psicologia e professora da UFRGS, ressalta a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por ter sido a primeira legislação que trata todas as crianças por igual. “Antes, tínhamos o Código de Menores – com viés higienista e de classe – mas que não era aplicado de forma abrangente. Não atingia crianças de classe média ou alta e era voltado às crianças pobres, negras, indígenas”, lembra. Hoje, apesar de a legislação ser a mesma para todas, é inegável a existência de diferentes infâncias e a aplicação da lei de forma também diferente: “crianças que habitam diversos espaços da cidade, que têm diferentes propostas educacionais, são olhadas, vistas e tratadas de modos distintos.”

As desigualdades sociais e culturais que temos no Brasil atravessam o conceito das diferentes infâncias. “Na época da Lei Áurea, com a ‘libertação’ das crianças, não houve a criação de uma política pública universal, voltada a todas as crianças, e isso ecoa até os dias atuais. Temos várias infâncias: uma herdeira da escravização, sem proteção do Estado; e as crianças ditas ‘de bem’, de ‘boas famílias’. Há, portanto, uma forte questão racial – as crianças negras ou indígenas são olhadas pela sociedade e pelo Estado de maneira diferente. E, em um país democrático, isso não deveria ser assim.”

Sandra destaca que qualquer violência contra as crianças é uma situação de desamparo que precisa ser acolhida por pessoas que entendam e não neguem o que está sendo dito.

“Esse acontecimento, que já foi violento, ao não ter o apoio e a credibilidade dos adultos, pode se tornar traumático. Diante disso, o brincar, algo comum a todas as crianças, é o jeito que elas têm para se expressar e nós, psicólogas/os, temos que escutar esse brincar como uma fala. E é na própria brincadeira que podemos fazer intervenções terapêuticas e reparadoras ou de promoção à saúde, como espaços de diversão e para brincar na cidade. No campo da Psicologia, o brincar é ferramenta de trabalho.”



Para **Fabiola Giacomini** (CRP 07/09687), psicanalista, mestra doutoranda em Educação e pesquisadora na área, o papel da Psicologia na promoção de saúde mental na infância é algo que deve ser pensado a partir do reconhecimento de que uma criança se desenvolve e se estrutura psiquicamente e a partir das suas relações, de seu contexto e de sua história. “Essa compreensão deve estar integrada em cada gesto, em cada intervenção que vamos produzir, seja atuando como psicólogas/os escolares e educacionais, seja na construção de avaliações psicodiagnósticas e no trabalho clínico. No efetivo cuidado com a infância é preciso ter nítido que, sempre que colocamos o diagnóstico na frente da criança, incorremos no risco de patologização da infância e sua consequente medicação. Para fazer frente a isso, ao estar diante de uma criança com dificuldade, não devemos reduzir nossa ação em averiguar os sintomas, em aplicar testes e escalas para definir o nome da patologia. Dar nome de patologia não significa ‘saber’ sobre a criança. Para conhecer uma criança precisamos disponibilidade afetiva para estar com ela, para brincar com ela, para brincar-la, que é o que efetivamente nos permite entender sua conflitiva e avaliar sua capacidade de resposta a partir do vínculo. Além disso, precisamos conhecer sua história – a história de seus vínculos e de seu contexto de vida e entender quem são seus adultos de referência.”

A conselheira presidenta do CRPRS, **Miriam Cristiane Alves** (CRP 07/24471), que também integra a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO), explica que compreender as culturas infantis de terreiro e sua complexidade civilizacional é fundamental para a construção de políticas públicas. “Para nós, de tradições de matriz africana, criança é ação, é protagonismo, é brincadeira, é movimento futuro no presente. No terreiro, a criança pode se expressar em qualquer corpo-sujeito: adulto, infantil, entidade ou divindade. ‘Criançar’ para desenformar certezas instituídas e alargar percepções de mundo, potencializando novos jeitos de viver.”

De que modo o “criançar” está presente no cotidiano das nossas comunidades tradicionais? Que culturas infantis emergem do nosso terreiro?

Fabiola afirma que um gesto de cuidado dessa natureza é um trabalho que só a Psicologia tem a possibilidade de ofertar, pois é um gesto com potência de construir com a criança uma experiência estruturante e elaborativa singular. Como contraponto, enfatiza que nossa categoria precisa compreender a fundo o sentido de medicalizar e patologizar a infância, na medida em que tal fenômeno surge a partir de uma posição reducionista sobre como se estrutura o psiquismo, e se funda no não reconhecimento da prioridade do outro de referência da criança nessa estruturação. “Um ponto central é ter o cuidado de não reduzir as dificuldades da criança ao mau funcionamento de seu cérebro. Um segundo ponto é o de que nem todo diagnóstico na infância precisa ter um CID (Código Internacional de Doenças), e muitas vezes, quando assim é feito, produz efeitos iatrogênicos do ponto de vista da estruturação subjetiva da criança. Ou seja, marca e empobrece a construção de sua identidade. A Psicologia tem uma contribuição decisiva na construção de processos de despatologização quando não compreende a criança de forma isolada, mas reconhece que, nessa criança em desenvolvimento, há um sujeito de desejo se constituindo, e serve de suporte a essa travessia de construção singular. Também contribui com intervenções capazes de preservar a infância da invasão do mundo adulto, ao mesmo tempo que convida a criança a crescer e projetar-se no futuro com valor.”



“Precisamos nos permitir, sentir o que enunciam esses territórios tradicionais enquanto resistência, preservação e materialização simbólica e concreta do complexo cultural negro-africano que se mantém vivo e incorporado à sociedade brasileira”, cita a presidenta do CRPRS, reforçando a importância de se compreender o terreiro como um locus civilizacional de África reterritorializada – para compreender o modo de ser e estar no mundo das infâncias de terreiro.

“Quando tudo isso transborda para além do território protegido de nossas comunidades, enfrentamos a violência, o racismo, o racismo religioso. Nossas crianças passam a não poder expressar quem elas são nos espaços públicos, nos espaços por onde circulam, como escolas, postos de saúde, praças. Se ousam transgredir, elas sofrem. Isso precisa ser modificado. Precisamos criar dispositivos legais que protejam nossas infâncias e que as culturas de terreiro sejam mantidas e visibilizadas pelas políticas públicas”, afirma.

A conselheira Priscila Góre Emilio, (CRP 07/23970) indígena kaingang, fala da importância da infância para seu povo. “É o período em que as crianças estão em fase de aprendizagem cultural, momento em que os avós são os professores da língua, costumes e tradições indígenas. É na observação e vivência que se aprende a ser kaingang: vendo, sentindo, comendo e praticando técnicas de artesanato, remédios do mato, coletas de frutas, comidas e cultivo da terra. Para nós, povos originários, a primeira infância é a forma de convivência na família, a composição de quem somos e as maneiras de olhar o mundo dentro de casa e, conseqüentemente, da comunidade, sendo repassado também sobre nosso papel no coletivo, no cuidado mútuo. É papel dos Kofa, que são nossos velhos, o ensino primeiro de como nos encontrar como seres vivos em transformação na comunidade. A criança indígena kaingang reflete o poder ancestral de sabedorias que ultrapassam gerações por meio da língua e das práticas culturais ao redor do fogo de chão e das falas cantadas, choradas ou assoviadas, das memórias mais queridas repassadas como forma de ensino e aprendizagem cultural. Eles que ensinam como entrar em contato com a natureza, a pedir permissão para entrar na mata e cuidar dela.”

A importância da terra e do território para a infância e para o bem-viver indígena é ressaltada por Priscila. “Uma das vivências mais queridas são dos dias de chuva, em que as crianças kaingang confeccionam



bonecos de argila e entram em contato com a terra, que é extensão de quem nós somos. Falar de terra e território é falar do nosso corpo, do nosso espírito. É estar numa conexão milenar que nos conecta com o passado, presente e futuro. Por isso é que lutamos pelo território demarcado, que precisa ser garantido para que nossas crianças sigam na construção de suas identidades. Pois além da convivência coletiva, existe essa conexão com o território sagrado que nos traz alimento, lugar no mundo e nos ensina sobre o cuidado com a outra pessoa e com o nosso corpo.”

Nossas crianças indígenas precisam ter seus territórios demarcados para que possam brincar por meio dos banhos de rio, da coleta de alimentos tradicionais na mata, pois é com essas vivências que elas se enxergam e se sentem no mundo. O primeiro ensino vem dessas vivências, no trançado dos artesanatos, ao identificar as diversas cores das cestarias e das penas, ao identificar o som dos animais, ao saber que a natureza é uma biblioteca viva e que suas mães e suas/seus avós são suas/seus primeiras/primeiros professoras e professores.”

# A Psicologia no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes

Jean Von Hohendorff | CRP 07/18256

*Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia, professor do programa de pós-graduação em Psicologia da Atitus Educação (Passo Fundo), onde coordena o grupo de pesquisa VIA-Redes (Violência, Infância, Adolescência e atuação das Redes de Proteção e de Atendimento), conselheiro do CRPRS.*

Não é incomum que pessoas psicólogas deparem, nos mais diversos contextos de intervenção, com suspeitas ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes. Diante disso, é imprescindível preparo para manejo dessas situações. No Código de Ética Profissional é indicado que o trabalho visando contribuir para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão é um dos princípios fundamentais da profissão.

Pessoas psicólogas devem ter muito bem elucidado o que é violência e quais os fatores que a predispõem. Por exemplo, o uso de punição física – a famosa palmada – com o pretense objetivo de educar a criança, é uma forma de violência banalizada e que profissionais de diversas áreas tendem a não considerar como violência. O entendimento da violência requer estudo contínuo e pessoas psicólogas devem atentar para não repetirem discursos equivocados e superficiais sobre o tema.

Vivemos em um país que, desde a sua invasão, tem a violência como prática cotidiana. Foi por meio da violência que colonizadores dominaram os povos originários promovendo estupros, imposição de costumes e valores culturais. Na escravidão, pessoas negras foram

“A violência presente na invasão do Brasil e no período escravocrata se perpetua até hoje.”

exploradas, viviam em condições insalubres, eram estupradas e mortas diante da crença, autorizada pela Igreja, de que eram amaldiçoadas e, portanto, poderiam ser subjugadas pelas pessoas brancas.

A violência presente na invasão do Brasil e no período escravocrata se perpetua até hoje. É necessária atenção para que se perceba o que, efetivamente, contribui para que crianças e adolescentes sejam vítimas das mais variadas formas de violência, a começar pela violência estrutural, sendo esse um dos resquícios da lógica colonizadora e escravocrata do nosso país.



Sabe-se que cerca de 32 milhões\* de crianças e adolescentes brasileiras/brasileiros vivem na pobreza, e que o Brasil é um país extremamente desigual. A falta de acesso à moradia, alimentação, saúde e educação se constitui como uma violência estrutural. Pessoas psicólogas devem saber disso e dos encaminhamentos necessários para a garantia de direitos. Outras condições também devem ser levadas em consideração no combate à violência, principalmente o racismo e as questões de gênero.

Crianças e adolescentes negras/negros são as/os que têm as piores condições de vida, pois são marginalizadas/marginalizados e hostilizados/hostilizados por conta da sua cor de pele. Situações de racismo entre pares tendem a ser comuns nas escolas, bem como a falta de representatividade negra afeta o bem-estar psicológico de quem cresce acreditando ser menos por conta da cor da sua pele. Casos de racismo se configuram como violência psicológica e é necessário que qualquer pessoa psicóloga possua o preparo para atuar nessas situações, ainda mais tendo em vista a aprovação da Lei 13.935/2019.

Embora todas as crianças e adolescentes estejam em risco, sabe-se que aquelas/aqueles identificadas/identificados com o gênero feminino tendem a sofrer mais violência por conta do machismo e do patriarcado. Em muitos casos, são obrigadas a fazer o trabalho doméstico, não possuem as mesmas oportunidades que seus pares do gênero masculino e tendem a ser em maior número nas situações notificadas de violência sexual. É preciso, também, considerar os prejuízos de uma socialização voltada à masculinidade tóxica para os meninos, que crescem acreditando não poder demonstrar sentimentos e que precisam ser invulneráveis.

Portanto, é necessário que cada pessoa psicóloga saiba da sua responsabilidade ética e política de proteção às crianças e aos adolescentes. Não há proteção sem que se respeite o art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), no qual é afirmado que qualquer profissional que tiver suspeita ou confirmação de violência contra criança e adolescente deve, imediatamente, realizar notificação\*\* ao Conselho Tutelar. De forma complementar, profissionais de saúde devem realizar a notificação no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Por vezes, o argumento do sigilo é utilizado como justificativa para a não realização da notificação. Trata-se de um engano, pois o Código de Ética deixa bem explícita qual conduta seguir: deve-se buscar o menor prejuízo nas situações que configurem conflito entre a necessidade de manutenção do sigilo e o disposto nos princípios fundamentais. Não há intervenção psicológica que dê conta de situações traumáticas como a violência, caso elas não sejam imediatamente cessadas por meio da notificação.

### Saiba mais:

- \*\*As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil”, publicação da UNICEF, em: <https://bit.ly/44Big7t>.
- \*\* Nota de Orientação do CRPRS “Atuação das/os Psicólogas/os em casos de violência contra criança e adolescente”, em: <https://bit.ly/2yZRWXV>

# O compromisso da Psicologia com os povos indígenas

“Nós somos compartilhadores, nós somos a coletividade.” A fala da jovem indígena kaingang Milena Jynhpó, da Terra Indígena Guarita, resumiu o evento “Marco temporal não: nunca mais um Brasil e uma Psicologia sem nós”, realizado no dia 15 de julho de 2023 pelo Conselho Regional de Psicologia do RS, em uma organização das Comissões de Relações Étnico-Raciais, de Direitos Humanos e de Psicologia, Sociedade e Políticas Públicas. O dia histórico para a Psicologia reuniu lideranças indígenas do estado em um ato político em defesa da vida, refletindo sobre a avalanche de retirada de direitos que o marco temporal representa para as infâncias e para a sociedade de uma forma geral.

“Com este evento, queremos selar o compromisso com a vida, não só com os povos indígenas. O futuro é ancestral. Demarcação já. Marco temporal não.” Assim a conselheira Priscila Góre Emilio, indígena kaingang, abriu o evento agradecendo a colaboração da conselheira Camila Dutra dos Santos, presidenta da Comissão de Relações Étnico-Raciais; da conselheira Samantha Medeiros Ferreira, presidenta da Comissão de Direitos Humanos; e do conselheiro Luís Carlos Bolzan, presidente da Comissão de Psicologia, Sociedade e Políticas Públicas, responsáveis pela proposição do evento.

A conselheira presidenta do CRPRS, Míriam Cristiane Alves, ao saudar a ancestralidade indígena, chamou todas as lideranças indígenas a subirem ao palco, representando os diferentes povos. “Reunimos vocês aqui porque queremos mostrar ‘no que virou este conselho’. Virou um espaço de construção, de processo democrático, em que é possível que vocês, povos indígenas, estejam aqui. Quando a branquitude construiu as políticas de cotas do Sistema Conselhos de



TOMAS EDSON SILVEIRA

Psicologia, imaginou que permaneceríamos apenas como cotas. Queremos mostrar que viemos para marcar a nossa existência, dizer que a sociedade precisa se transformar considerando a nossa pluriversidade, a existência de cada um e cada uma que está aqui representando seu povo. Essa pergunta disruptiva ‘No que virou este Conselho?’ rompe com o status quo, com a invisibilidade e com o silenciamento da nossa existência. Este Conselho virou um espaço vivo de construção democrática, um espaço de produção de diferentes vidas e existências”, afirmou a conselheira presidenta do CRPRS.

Na sequência, representantes da comitiva da Terra Indígena de Iraí e da Terra Indígena Guarita, que estavam no auditório do CRPRS, fizeram uma apresentação cultural de boas-vindas. Logo após, organizou-se uma Gira Poética, com a participação da psicóloga Maíne Alves Prates, da fisioterapeuta e mestrandia em Psicologia Social, Úrsula Ingrid de Souza Faria, e do conselheiro vice-presidente do CRPRS, Ademiel de Santa’Anna Junior.

“Com este evento, queremos selar o compromisso com a vida, não só com os povos indígenas. O futuro é ancestral. Demarcação já. Marco temporal não.”

## O que é o marco temporal?

Na primeira mesa do evento “O que é o marco temporal?”, mediada por Priscila Góre Emilio, psicóloga indígena kaingang e conselheira do CRPRS, e por Daniela dos Santos Nunes, psicóloga indígena kaingang, foram apresentadas e discutidas as motivações da proposta, as consequências de sua aprovação e o seu impacto na saúde mental, considerando o bem-viver indígena.

“O marco temporal vem para nos destruir, para nos calar. É uma afronta, pois antes da colonização já estávamos aqui. Para onde vamos?”, afirmou Regina Goj Têj Emílio, da Terra Indígena Guarita.

Para o ouvidor-geral da Defensoria Pública do RS, Rodrigo de Medeiros Silva, é preciso estar ao lado dos povos originários contra o marco temporal. “Esse é mais um capítulo dessa marcha da colonialidade que não tem fundamento histórico ou referencial legal. Também é preciso estar atento a propostas de conciliação ou flexibilização que, na prática, irão inviabilizar a demarcação de terras indígenas.”

“É um projeto de destruição da Constituição Federal, fruto de algo construído coletivamente. É preciso a união de todos que defendem a justiça social. O marco temporal destrói a gênese de ser nômade, é inconstitucional e precisamos seguir fazendo pressão para desconstruir essa noção”, declarou Ottmar Teske, da Assessoria de Formação do Gabinete do Senador Paulo Paim.

“Os nossos representantes políticos precisam entender nossa biodiversidade, nossa cultura, nossa vida. Temos que, a partir disso, construir políticas públicas em conjunto, que respeitem isso e defendam o coletivo e o meio ambiente”, citou Moisés da Silva, vice-cacique da Terra Indígena Kaingang Fag Ninh e Oré Kupri, de Porto Alegre.

Edinaldo Rodrigues Xukuru, conselheiro do CRP de Pernambuco, ressaltou o pioneirismo do CRPRS e do CRP SP na aproximação com as temáticas indígenas. “Reafirmamos nosso compromisso de luta, de não deixar passar o projeto do marco temporal, que vem para tomar terras já demarcadas, permitir invasão e enriquecer quem já é rico. São questões que impactam o bem-viver indígena.”

O coordenador regional da Arpin Sul - Articulação dos povos indígenas da Região Sul, cacique Jonathan Toto Jacinto, ressaltou a força indígena em sua fala. “Não queremos que essa discussão avance e chegue a um confronto direto. Se tiver que derramar nosso sangue pelas nossas terras, nós vamos derramar. Precisamos defender nossos direitos. Sem demarcação não há democracia. Jamais um Brasil sem nós.”

E as falas da primeira mesa encerraram com Ângela Charrua, presidenta do Conselho Local de Saúde Indígena Polo Base Porto Alegre: “Se estamos aqui é porque lutamos. Chega do papel abafar nossa voz. A minha voz ninguém vai calar”.



ALINE VICTORINO

# O que a Psicologia tem a aprender com os povos indígenas?

A segunda parte do evento teve início com a participação de Lílian Rocha, na Gira Poética. Logo após, na mesa “Psicologia e povos indígenas: o que a Psicologia tem a aprender com os povos indígenas?”, foi realizado um debate sobre a relação entre os povos indígenas e a Psicologia. A mesa foi mediada pela psicóloga indígena guarani Josiele Luana Moraes e pela psicóloga Gabriela Zuchetto.

Dayane Teixeira Almeida Boni, psicóloga da Articulação Brasileira de Psicólogos Indígenas – ABIPSI, participou do evento por meio de um vídeo, ressaltando o retrocesso que o marco temporal representa para a história e para o bem-viver indígena.

O cacique Joel Ribeiro de Freitas, da Terra Indígena do Guarita, parabenizou a Psicologia por estar dando espaço e voz a seu povo. “A terra é um direito nosso, mas que segue sendo ameaçado. Precisamos fazer chegar nosso grito a deputados e senadores.”

Priscila Góre Emilio, indígena kaingang e conselheira do CRPRS, lembrou que antes de existir a

Psicologia já existia o cuidado e que é responsabilidade social de cada pessoa conhecer mais sobre a história dos povos indígenas. “Nós resistimos para existir. Falar de bem-viver indígena é falar de território. Nossos corpos são prolongamento de nossas terras. É fundamental a Psicologia conhecer essa linha de cuidado e respeitar essa cultura. Foi um grande erro a Psicologia brasileira nascer descolada disso.”

Ronildo da Cruz Bomfim, indígena pataxó e conselheiro do CRP da Bahia, reforçou a importância de a Psicologia conhecer mais sobre os povos indígenas, valorizar a sabedoria intergeracional, respeitar a autonomia e a autodeterminação do indivíduo na tomada de decisões. Para Hudson Carajá, indígena e conselheiro do CRP de Minas Gerais, a sociedade engendrada na branquitude e no capitalismo, que controla corpos e subjetividades, precisa olhar a existência dos povos indígenas de forma diferente e a Psicologia deve entender sua implicação neste processo.

O evento contou também com a exibição de vídeo da psicóloga Rejane Paféj Kanhgág e com as presenças de Thiago Aiamari Kavopi, indígena e conselheiro do CRP do Mato Grosso, e Paulo Karáí Xondaro Oliveira, indígena e conselheiro do CRP do Paraná. E encerrou com mais uma rodada da Gira Poética, marcando o compromisso da Psicologia na luta contra o marco temporal e na defesa dos povos indígenas.



ALINE VICTORINO

## Saiba mais:

- Assista ao vídeo do evento em: [youtube.com/crprs](https://youtube.com/crprs).
- Acesse as Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os junto aos povos indígenas em: <https://bit.ly/3NZqbF5>.



## Transparência

Entendendo que os últimos anos foram difíceis para a categoria, já que a Psicologia precisou se reinventar diante da pandemia da Covid-19, o CRPRS lançou campanha para a regularização de débitos referentes a anuidades vencidas há mais de dois anos. A isenção de juros de mora e multas, incidentes sobre o débito de anuidades vencidas no ano de 2021 e anteriores, de pessoas físicas ou jurídicas, inscritas ou não em dívida ativa, pode chegar até 100% para pagamentos em parcela única. A isenção é válida inclusive para profissionais que tenham negociações de débitos já feitas.

Essa política de descontos está regulamentada pela Resolução CRP nº 03/2023. A normativa considera a necessidade de se consolidar uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos



mecanismos consensuais de solução de litígios, por meio de recuperação fiscal de seus créditos, objetivando a regularização de dívidas de anuidades vencidas há mais de dois anos.

Confira a tabela de descontos:

I. Débito pago em <b>parcela única</b>	100% de redução de multa e juros sobre o débito atualizado, até a data da assinatura do acordo;
II. Débito pago em até <b>2 (duas) parcelas</b>	80% de redução de multa e juros sobre o débito atualizado, até a data da assinatura do acordo;
III. Débito pago em até <b>4 (quatro) parcelas</b>	60% de redução de multa e juros sobre o débito atualizado, até a data da assinatura do acordo;
IV. Débito pago em até <b>6 (seis) parcelas</b>	40% de redução de multa e juros sobre o débito atualizado, até a data da assinatura do acordo;
V. Débito pago em até <b>10 (dez) parcelas</b>	20% de redução de multa e juros sobre o débito atualizado, até a data da assinatura do acordo.

O parcelamento do débito deverá respeitar a parcela mínima de R\$ 100,00 (cem reais) e as respectivas faixas de descontos sobre os juros e multas. A Resolução CRP nº 03/2023 é válida até 31 de março de 2024.

## Fique em dia

Para atuar regularmente, a/o psicóloga/o deve estar inscrita/o e em dia com o Conselho Regional de Psicologia. O não pagamento das anuidades e contribuições constitui infração disciplinar, conforme art. 26 inciso VI, da Lei nº 5.677/71 e arts. 56 e 62 do Decreto nº 79.822/77. Caso a/o profissional não exerça nenhuma atividade na área da Psicologia, deve solicitar o cancelamento do seu registro.

Acesse o formulário de cancelamento e orientações em: <https://crprs.org.br/servicos/servicos-para-pessoa-fisica>

### Saiba mais:

Mais informações pelo e-mail: [fiqueemdia@crprs.org.br](mailto:fiqueemdia@crprs.org.br) ou pelo telefone (51) 3334.6799, com o Setor de Cobrança (opção 2 na Central Telefônica).

# Síndrome de Burnout

## e o desempenho de estudantes com surdez em aulas remotas em tempos de pandemia

Carlos Pereira de Carvalho Júnior | CRP 07/24798  
*Psicólogo, mestrando no PPG em Educação em Ciências da UFRGS.*

**M**eu objetivo no artigo “Síndrome de Burnout e o desempenho de estudantes com surdez em aulas remotas em tempos de pandemia” é propor reflexões e discutir sobre o mundo e as emoções no aprendizado de alunos com surdez, em aulas remotas sem acessibilidade visual para a leitura labial. O contexto configura um quadro de sentimentos e reações que se denomina Síndrome de Burnout. O sentimento de solidão diante da falta de comunicação em tempos de pandemia produz nas pessoas com surdez sensações de incapacidade, insegurança e distanciamento dos demais, o que dificulta significativamente o seu aprendizado.

Caracterizada como um distúrbio psíquico causado por altos níveis de estresse e pelo estado emocional desequilibrado, desenvolvidos a partir de condições de estafa e esgotamento emocional, a Síndrome de Burnout pode atingir qualquer profissional, docente e estudante em qualquer idade e também todas as classes sociais. A síndrome resulta de um período de trabalho excessivo, um estado de exaustão em que a pessoa que a desenvolve passa a apresentar sintomas físicos e emocionais.

As pessoas surdas, ao longo da história, enfrentaram e enfrentam inúmeras situações e barreiras para conseguir se inserir e permanecer na educação escolar, e com isso buscam o reconhecimento e a inclusão. Em geral, a sociedade fica receosa e apreensiva por não saber como se relacionar com as pessoas surdas, que em

algumas situações são tratadas de forma assistencialista, como “coitadinhas”, ou como se tivessem uma “doença contagiosa”, de forma preconceituosa. Todos estereótipos construídos pela falta de conhecimento.

Muitas/os defensoras/es da Língua Brasileira de Sinais (Libras) afirmam que ela é considerada “natural”, adquirida em qualquer idade, e que a partir dela a pessoa com surdez constituirá uma identidade surda, já que ela não é ouvinte. A maioria dos estudos tem como base a ideia de que a identidade surda se define pelo uso da língua. Ou seja, o uso ou não de Libras seria o que definiria basicamente a identidade, que só seria desenvolvida em contato com outra pessoa com surdez.

Não existe, entretanto, um fator único de identidade. Esta é construída pelo exercício de diferentes papéis sociais (ser surdo, rico, heterossexual, branco, professor, pai, por exemplo) e também pela língua comum que constrói nossa subjetividade.

De acordo com as minhas experiências como deficiente auditivo, em relação ao contato com o público surdo, percebo que a ausência de comunicação entre surdos e ouvintes causa barreiras entre eles, e isso afeta muito o sujeito surdo. E é bastante perceptível que as falhas de comunicação começam em casa, continuam na escola e, depois, permanecem na vida cotidiana do sujeito surdo, acompanhando-o nas esferas sociais.

A comunicação não chega aos surdos como chega para os ouvintes. Importa dizer aqui que na maioria das vezes é a mãe e os irmãos que repassam as informações das aulas para o surdo, porque ele não consegue compreender o que está sendo falado. Existe um distanciamento também nessa parte, daí os sentimentos de solidão, incapacidade e exaustão,

“A comunicação entre pessoas surdas e ouvintes é algo necessário. É por meio dela que se combate o preconceito e diminui-se o isolamento que atinge muitos indivíduos com perda auditiva.”

surgindo a Síndrome de Burnout, com sentimentos de irritabilidade, pouca vontade de estudar – desistência em muitos casos –, além do constrangimento diante dos familiares e dos demais por não conseguir participar ativamente das aulas online.

É importante reconhecer que existem diversos graus de surdez, o que impacta na forma de comunicação. Sendo assim, algumas pessoas têm dificuldade apenas para entender conversas em locais muito barulhentos, enquanto outras praticamente não captam som algum. Há, ainda, indivíduos que usam aparelhos auditivos e conseguem escutar com plenitude, outros que fazem leitura labial. Também existem aqueles que utilizam a Libras.

A Libras é especialmente importante dentro da comunidade surda e seu uso deve ser difundido para que tenhamos uma comunicação acessível. Nem toda pessoa com perda auditiva, contudo, utiliza essa

linguagem, fazendo uso tradicional do Português. Nesse caso, a legenda é um recurso essencial para ajudar na comunicação entre pessoas surdas e ouvintes.

O mais importante é que cada uma dessas pessoas é um indivíduo com plena capacidade cognitiva e que busca interação social. Por isso, a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes é algo necessário. É por meio dela que se combate o preconceito e diminui-se o isolamento que atinge muitos indivíduos com perda auditiva.

A pandemia de Covid-19 provocou uma crise sem precedentes, sem previsibilidade, sem fronteiras, com reflexos humanitários, sociais, econômicos e culturais significativos. Diante de um cenário tão desafiador e das medidas de restrição de circulação para conter o avanço do novo coronavírus, o trabalho remoto ganhou uma nova dimensão.

Estudos mostram que os sentimentos de solidão e o comprometimento emocional dos estudantes se modificam conforme sua graduação, mas há um dado significativo com relação à Síndrome de Burnout: ela afeta tanto estudantes com notas acima como aquelas/aqueles com notas abaixo da média. Isso indica que a implantação de atividades remotas no fechamento das escolas e universidades não impediu o desencadeamento dessa síndrome, afetando o rendimento acadêmico e, ainda, suas relações.

As pessoas com surdez se sentem isoladas em várias esferas sociais, incluindo as aulas remotas, os encontros virtuais e a falta de materiais visuais. O maior impasse entre todas as situações é a falta de comunicação, que engloba todo e qualquer distanciamento. Espera-se que surjam mudanças que possam ampliar a oferta de serviços para inclusão e apoio a essas pessoas. Não basta ter intérprete, precisamos de qualificação para todos em qualquer contexto social.

Vale lembrar que, para uma educação ser de fato para todas as pessoas, ela tem que ter um ambiente virtual adequado, com plataformas permanentes de acessibilidade, e não somente em lives. Em toda e qualquer situação que envolva a comunicação, deve haver a troca e o respeito com aquelas pessoas que apresentam alguma necessidade de acessibilidade diferenciada para participar, aprender e contribuir na construção do aprendizado.

*Artigo originalmente publicado no Jornal da Universidade - Secretaria de Comunicação Social/UFRGS em 22/10/2020.*



# “A infância do Brasil”

Jean Von Hohendorff | CRP 07/18256  
Conselheiro do CRPRS.

**I**nfância. Crianças. Quando nos deparamos com essas palavras, quais são as imagens que vêm à nossa mente? Qual é o nosso imaginário acerca da infância brasileira e o que é ser e quais são as crianças do nosso país? O Brasil é um país de dimensões continentais e seria ingênuo pensar em apenas uma infância ou uma forma de ser criança. A diversidade de infâncias e de ser criança é acentuada quando se consideram peculiaridades de etnia, raça e nível socioeconômico. Infelizmente, essa diversidade não costuma ser contemplada nos livros sobre desenvolvimento humano e textos sobre infância, que pessoas psicólogas estudam desde a graduação.

A obra “A infância do Brasil” vem para mudar esse cenário. Nela, as pessoas leitoras poderão conhecer a infância brasileira, que começou a ser forjada desde a invasão do território indígena, passando pelo genocídio cultural promovido pelos colonizadores europeus até os dias de hoje, quando, infelizmente, ainda percebemos operar as mesmas lógicas de opressão. O autor, José Aguiar, que é quadrinista, apresenta “A Infância do Brasil” por meio de ilustrações ricas em significado.



“A diversidade de infâncias e de ser criança é acentuada quando se consideram peculiaridades de etnia, raça e nível socioeconômico.”

Ao final, as pessoas leitoras têm à disposição textos da historiadora Claudia Regina Baukat Silveira Moreira, que aprofundam as narrativas abordadas nas ilustrações das páginas anteriores. Após a leitura de “A Infância do Brasil” é impossível que as imagens que a maioria de nós acessamos quando pensamos em infância e crianças não sejam transformadas. A obra foi finalista do Prêmio Jabuti, em 2018, vencedora dos prêmios LeBlanc e Minuano de Literatura, e do Troféu HQMIX, na categoria Adaptação para Outras Linguagens, mas quem mais ganha com ela é a pessoa leitora. Bons estudos!

# Entre a literatura e o infantil: uma infância

Luís Henrique da Silva Souza | CRP 07/31246

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e conselheiro do CRPRS.*

**E**m seu livro “Entre a literatura e o infantil: uma infância”, a autora Betina Hillesheim, professora e pesquisadora da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, volta seu olhar para a literatura infantil para assim problematizar questões que a envolvem, percorrendo os discursos que forjam este tipo de literatura, direcionada para crianças e adolescentes. A obra é fruto do seu doutorado em Psicologia e premiado pelo primeiro Concurso Abrapso de Teses, Dissertações e Artigos de Graduação, realizado em 2007.

A autora inicia sua discussão trazendo o debate frente à literatura, sobre a forma como o gênero infantil se insere neste campo e como muitas vezes este tipo de literatura é rebaixada como tendo menor valor frente aos outros gêneros literários, sendo assim considerada uma literatura menor, conceito no qual a autora se apoia na proposição de Deleuze, que ela usa como ferramenta para torcer seu objeto de pesquisa.

Betina também problematiza a função que em nossa sociedade a literatura infantil toma enquanto uma ferramenta pedagógica e de aprendizagem, de modelação do comportamento e de subjetivação das crianças e adolescentes, assim preparando esse futuro adulto para a sociedade. Porém, mais do que

isso, a autora nos demonstra o movimento que se retroalimenta, uma vez que a existência de uma literatura infantil só é possível na emergência do conceito de infância e, na medida que ela se atualiza, o gênero também se transforma.

Betina utiliza sua escrita, de forma leve e encantada, para disparar o pensamento, desestabilizando concepções e entendimentos que temos naturalizados, sem enclausurá-los numa verdade absoluta, fazendo com que possamos nos desterritorializar, encontrar devires e linhas de fuga nesse espaço entre a literatura e o infantil.

“A existência de uma literatura infantil só é possível na emergência do conceito de infância e, na medida que ela se atualiza, o gênero também se transforma.”

# Exercício profissional no ambiente escolar em situações de violência

## Área Técnica do CRPRS

- **Psicólogas Fiscais:** Adriana Dal Orsoletta Gastal | CRP 07/6952, Antonieta Martins Lopes Bridi | CRP 07/23600, Flávia Cardozo de Mattos | CRP 07/15863, Geovana da Silva Ferreira | CRP 07/26815 e Letícia Giannechini | CRP 07/12222.
- **Psicólogo Fiscal:** Lúcio Fernando Garcia | CRP 07/8011.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou recentemente a Nota Técnica CFP nº 8/2023, que aborda a Psicologia na prevenção e enfrentamento à violência nas escolas. Tal publicação vem atender à demanda crescente relacionada ao atual contexto de violência nas escolas. A Nota Técnica define tais situações de violência da seguinte forma:

*“[...]o termo “violência às escolas” será usado para contextualizar os ataques direcionados à instituição escolar, conforme diretrizes propostas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que teve início em 1999. O termo indica que o agente da violência não é a instituição escolar em si ou práticas promovidas por ela ou dentro dela. O fenômeno das agressões tem, na verdade, como alvo e locus a escola, tanto em sua estrutura física quanto na comunidade escolar que a compõe”. (p.8)*

Portanto, é necessário compreender a violência como um fenômeno complexo e multideterminado, que impacta de forma preocupante a vida e a saúde mental das pessoas que constituem a comunidade escolar. Sendo assim, a Psicologia tem um papel importante na prevenção e manejo dos efeitos das situações de violência.

A Nota Técnica destaca que o CFP vem atuando há muito tempo na defesa da presença de psicólogas/os escolares na composição de uma equipe técnica no ambiente escolar. Essa presença vem se estabelecendo a partir da aprovação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicólogas/os e assistentes sociais nas redes públicas da Educação Básica.

Cabe salientar também que a presença de psicólogas/os no ambiente escolar auxilia na garantia da proteção integral às crianças e jovens, que devem ter seus direitos assegurados, em conformidade com o que é preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa atuação vai ao encontro de um dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional das/os Psicólogas/os (Resolução CFP nº 10/2005), que estabelece que a/o profissional “trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.



“Cabe salientar também que a presença de psicólogos/os no ambiente escolar auxilia na garantia da proteção integral às crianças e jovens, que devem ter seus direitos assegurados.”

Destaca-se que a atuação da/o psicóloga/o escolar consiste na integração de técnicas, teorias e métodos específicos relacionados ao campo científico da Psicologia Escolar e Educacional, que difere da atuação da Psicologia Clínica. Para tal atuação, é um dever profissional da/o psicóloga/o que atua nesse contexto estar devidamente apropriada/o do conhecimento desenvolvido na área, em conformidade com o previsto na alínea b do artigo 1º do Código de Ética Profissional das/os Psicólogas/os: “Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente”.

A Nota Técnica ressalta que a atuação da/o psicóloga/o no contexto escolar não é um fazer individual, mas sim, deve ser pensado em conjunto com os diversos serviços e agentes que constituem a Rede de Proteção Social da Criança e do Adolescente. Para essa integração, a publicação refere que é fundamental a corresponsabilidade da esfera governamental, que deve viabilizar espaços-tempo para reuniões de rede e investir em tecnologias e fluxos para comunicação intersetorial.

Por fim, a atuação das/os psicólogas/os no ambiente escolar, no referido contexto de prevenção e posvenção da violência às escolas, não pode restringir-se apenas ao trabalho com estudantes. A comunidade escolar deve também ser chamada a discutir temas relacionados à Psicologia e à Educação, envolvendo assim tanto as/os profissionais que atuam diretamente nas escolas, como também os diversos serviços da rede e instâncias governamentais.

### Saiba mais:

- Acesse a Nota Técnica CFP nº 8/2023 “A Psicologia na prevenção e enfrentamento à violência nas escolas” em: [bit.ly/NT\\_CFP\\_08\\_2023](https://bit.ly/NT_CFP_08_2023).

Ana Maria Bercht | CRP 07/27738

*Psicóloga Clínica e Social, Doutoranda em Psicologia do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais da Pontifícia Universidade Católica do RS (PVPP/PUCRS).*

**N**ão existe aborto legal no Brasil. A frase pode soar estranha, considerando que, desde a criminalização no Código Penal de 1940, há a exceção em casos de estupro. Enquanto psicóloga que pesquisa a área dos direitos reprodutivos, porém, preciso reconhecer não a mera legislação, e sim a realidade como materialmente se impõe em um país com desigualdades estruturantes.

Nosso país é o 4º no mundo e o 1º na América Latina em casamentos infantis. No Brasil, em média, uma criança se torna “mãe” a cada 20 minutos, conforme a Rede Feminista de Saúde do Paraná. As estatísticas revelam uma sociedade na qual o estupro constitui-se como prática masculina normativa, que por vezes se concretiza em outra violência: a gravidez infantil.

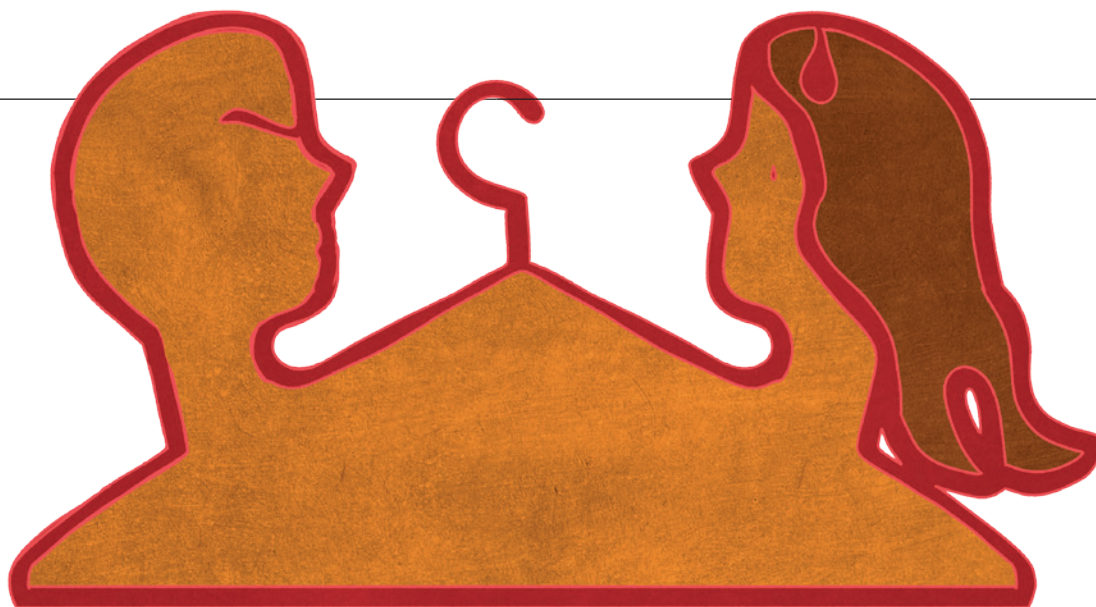
Já o escasso direito ao aborto legal é permeado por tantos obstáculos que se torna irrisório frente à realidade do estupro. Madeiro e Diniz (2015) indicam que “entre 2013 e 2015, das 5.075 mulheres e meninas que tentaram acessar o aborto legal, menos da metade conseguiu realizar o procedimento, sendo que 38% delas eram crianças ou adolescentes”. Ou seja, as meninas e mulheres não chegam aos serviços de saúde. Das que chegam, a maioria não consegue realizar o aborto.

Por que o crime está em interromper uma gravidez indesejada e não em

forçar a gestar?

“Soma-se a isso a ausência de mulheres na política, culminando em um Estado composto, desde sua criação, por homens que legislam e decidem sobre nossos corpos e nossas vidas.”





Este cenário não foi construído ao acaso. Refletida nas punições legais e na falta de estruturação das políticas públicas está a ideologia masculina avançada, em especial, por setores conservadores e religiosos. Chamo de ideologia justamente para nomear o enquadre que se passa como neutro, mas que trata dos interesses das classes dominantes.

Guillaumin (2016) define como “sexagem” a apropriação não só do tempo e da força de trabalho das mulheres, mas dos nossos próprios corpos. Soma-se a isso a ausência de mulheres na política, culminando em um Estado composto, desde sua criação, por homens que legislam e decidem sobre nossos corpos e nossas vidas.

É essa estrutura de poder que cria o regime de verdade no qual o discurso do aborto como crime, e como ato capaz de originar uma punição, torna-se verdade. Já a definição da ONU (2016), de que negar acesso ao aborto em casos de estupro é tortura, é vista como ilegítima. Assim, as alas conservadoras formatam a pauta do aborto como discussão moral, fusionando Estado e religiões cristãs. O governo

torna-se um propulsor da hegemonização destas crenças religiosas, que buscam proteger o patriarcado enquanto regime de poder.

Por meio de processos ideológicos e do campo da perversidade, ao mesmo tempo que estas alas posicionam-se no discurso público como contrárias à violência sexual, nas bancadas legislativas empurram projetos de lei como o 2893/2019, que propõe a criminalização total do aborto. No PL, afirma-se que um estuprador é mais inocente que uma mulher vítima que acessa o aborto, afinal ele não matou ninguém, e ela sim. Na mesma linha, aquela que foi ministra durante quatro anos afirmou à Folha de São Paulo, em 2018, que mulheres nasceram para ser mães e não deveriam se ausentar “do lar”.

É ela também que tentou impedir uma menina de 10 anos, do Espírito Santo, de acessar o direito ao aborto, bem como disse que crianças em Marajó eram estupradas por falta de calcinhas. Não é à toa que costumam ser estas as mulheres em instituições de poder. Não há também contradição quando dizem que defendem as crianças ao passo que se colocam contra a educação sexual nas escolas. Há projeto ideológico.

# Atuação em Políticas Públicas para População LGBTQIA+

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é um setor permanente do Sistema de Conselhos cujo objetivo é qualificar o exercício profissional dentro dos diferentes equipamentos e políticas públicas do Estado. A partir da realização de pesquisas deliberadas pelo CFP e seus respectivos regionais, o CREPOP lança anualmente as referências técnicas para a atuação profissional. Em junho, lançamos o documento “Referências Técnicas Para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+”.

Neste novo documento, assumimos a perspectiva de que as identidades de gênero e as orientações sexuais marcam a construção da subjetividade desde a infância, seja de crianças transgêneras ou cisgêneras. Abordagens afirmativas de gênero reconhecem a importância da liberdade de expressão de identidade, sejam essas identidades cisheteronormativas, conforme a norma esperada; dissidentes, não-binárias ou fluidas.

As identidades de gênero e orientações sexuais são parte da construção de todas/os/es nós, portanto, o papel da Psicologia enquanto ciência e profissão é de proporcionar para cada pessoa, em sua singularidade, a vivência legítima de sua própria construção identitária. Para que ocorram estas vivências, as crianças necessitam de apoio para explorar sua própria identidade, sem temor de desprezo e retaliação, essas contidas nas moralidades que estruturam e estão naturalizadas em nossa sociedade.

Diante das noções ambivalentes de infância e cuidado, torna-se essencial promover a participação ativa das crianças trans em seus processos de cuidado, garantindo o reconhecimento e a validação de suas narrativas na esfera pública. Fortalecer a participação dessas crianças no âmbito público, no sentido de afirmação da vida e da alteridade em relação aos cuidados que envolvem sua identidade de gênero tem um efeito terapêutico significativo. Isso implica compartilhar com elas os espaços nos quais as decisões são tomadas, ouvir suas vozes, reconhecê-las e tratá-las com seriedade, além de respeitá-las enquanto sujeitos de direito. O desafio enfrentado pelas identidades trans na infância reside na habilidade de encontrar sentido e criar uma existência plena em um território desconhecido.



**Luis Henrique da Silva Souza** | CRP 07/31246  
Conselheiro referência do CREPOP/RS.

**Jéssica Prudente** | CRP 07/19326  
Conselheira referência do CREPOP/RS.

**Gabriel Alves Godoi** | CRP 07/28161  
Assessor técnico de políticas públicas do CREPOP/RS.

**Jéssica Helena Erguy Carrabba**  
Estagiária, acadêmica de Psicologia.

## Agenda da Psicologia

### Curso de Especialização em Psicologia Hospitalar

De agosto de 2023 a setembro de 2024 – Porto Alegre/RS

🌐 [fundmed.org.br/ensino](http://fundmed.org.br/ensino)  
☎ (51) 3359-8507  
✉ [ceph@hcpa.edu.br](mailto:ceph@hcpa.edu.br)

### Curso de especialização em Psicoterapia Sistêmico-Integrativa

De agosto de 2023 a julho de 2025 – Porto Alegre/RS (híbrido)

🌐 [fundmed.org.br/evento/especializacao-psicoterapia-sistemico-integrativa-ufrgs/](http://fundmed.org.br/evento/especializacao-psicoterapia-sistemico-integrativa-ufrgs/)  
☎ (51) 99304-0194  
✉ [especializacoes@fundmed.org.br](mailto:especializacoes@fundmed.org.br) ou [especpsico@ufrgs.br](mailto:especpsico@ufrgs.br)

### Especialização em Terapia Sistêmica Individual, Conjugal e Familiar

De agosto de 2023 a agosto de 2025 – Porto Alegre/RS

🌐 [cefipoa.com.br/br/especializacao-em-terapia-sistemica-individual-conjugal-e-familiar](http://cefipoa.com.br/br/especializacao-em-terapia-sistemica-individual-conjugal-e-familiar)  
☎ (51) 9859-9051  
✉ [comunicacao@cefipoa.com.br](mailto:comunicacao@cefipoa.com.br)

### Especialização em Terapias Comportamentais Contextuais Baseadas em Processos

De agosto de 2023 a agosto de 2025 – Porto Alegre/RS

🌐 [cefipoa.com.br/br/especializacao-em-terapias-comportamentais-contextuais-baseadas-em-processos](http://cefipoa.com.br/br/especializacao-em-terapias-comportamentais-contextuais-baseadas-em-processos)  
☎ (51) 9859-9051  
✉ [comunicacao@cefipoa.com.br](mailto:comunicacao@cefipoa.com.br)

### 13º Curso de Formação em Avaliação Psicológica

De 30 de agosto a 13 de dezembro de 2023 – Porto Alegre/RS

🌐 [nucleomedicopsicologico.com.br](http://nucleomedicopsicologico.com.br)  
☎ (51) 99964-4919  
✉ [roberta@nucleomedicopsicologico.com.br](mailto:roberta@nucleomedicopsicologico.com.br)

### Especialização Multiprofissional em Cuidados Paliativos

De setembro de 2023 a dezembro de 2024 – Porto Alegre/RS

🌐 [cefipoa.com.br/br/especializacao-multiprofissional-em-cuidados-paliativos](http://cefipoa.com.br/br/especializacao-multiprofissional-em-cuidados-paliativos)  
☎ (51) 99420-7008  
✉ [comunicacao@cefipoa.com.br](mailto:comunicacao@cefipoa.com.br)

### Sexualidades e sexologia: da Teoria à Prática Clínica

01 e 02 de setembro de 2023 – On-line e Porto Alegre/RS

🌐 [cefipoa.com.br/br/sexualidades-e-sexologia-da-teoria-a-pratica-clinica](http://cefipoa.com.br/br/sexualidades-e-sexologia-da-teoria-a-pratica-clinica)  
☎ (51) 9859-9051  
✉ [comunicacao@cefipoa.com.br](mailto:comunicacao@cefipoa.com.br)

### Mindfulness nas Terapias Comportamentais Contextuais

01 e 02 de setembro de 2023 – On-line e Porto Alegre/RS

🌐 [cefipoa.com.br/br/mindfulness-nas-terapias-comportamentais-contextuais](http://cefipoa.com.br/br/mindfulness-nas-terapias-comportamentais-contextuais)  
☎ (51) 9859-9051  
✉ [comunicacao@cefipoa.com.br](mailto:comunicacao@cefipoa.com.br)

### Fórum Brasileiro da Abordagem Centrada na Pessoa

De 03 a 09 de setembro de 2023 – Canela/RS

Instagram @XIVFORUMACP2023  
☎ (51) 98122-0040  
✉ [forumbracp2023@gmail.com](mailto:forumbracp2023@gmail.com)

### Treinamento nível 1 – “Externship”: Terapia Focada nas Emoções com Casais (EFT)

De 13 a 16 de setembro de 2023 – Porto Alegre/RS

🌐 [cefipoa.com.br](http://cefipoa.com.br)  
☎ (51) 99420-7008  
✉ [comunicacao@cefipoa.com.br](mailto:comunicacao@cefipoa.com.br)

### Um Guia Contextual de Ciência Comportamental para a Compreensão do Self

08 e 09 de dezembro de 2023 – On-line e Porto Alegre/RS

🌐 [cefipoa.com.br/br/um-guia-contextual-de-ciencia-comportamental-para-a-compreensao-do-self](http://cefipoa.com.br/br/um-guia-contextual-de-ciencia-comportamental-para-a-compreensao-do-self)  
☎ (51) 9859-9051  
✉ [comunicacao@cefipoa.com.br](mailto:comunicacao@cefipoa.com.br)

# A PLURALIDADE DE VIVÊNCIAS POTENCIALIZA NOSSA EXISTÊNCIA.

UMA DATA PARA CELEBRAR  
QUEM SOMOS E TAMBÉM  
QUEM NOS TORNAMOS  
A CADA NOVO DIA.

**27 DE AGOSTO**  
**MÊS DAS PSICOLOGIAS**

#### USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- |                                       |  |
|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> MUDOU-SE     | <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO                               |
| <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO | <input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE                           |
| <input type="checkbox"/> RECUSADO     | <input type="checkbox"/> CEP   |
| <input type="checkbox"/> FALECIDO     | <input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O N° INDICADO                    |
| <input type="checkbox"/> AUSENTE      | <input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

RESPONSÁVEL

Endereço para devolução: Agência Auxiliadora – CEP 90450-970

